

**MEDIDA CAUTELAR NA ARGÜIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO  
FUNDAMENTAL 371 DISTRITO FEDERAL**

**RELATOR** : **MIN. EDSON FACHIN**  
**REQTE.(S)** : **CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO TRANSPORTE -**  
CNT  
**ADV.(A/S)** : **FRANCISCO CARLOS MORAIS SILVA E**  
OUTRO(A/S)  
**INTDO.(A/S)** : **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**  
**ADV.(A/S)** : **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**

**DESPACHO:** Trata-se de arguição de descumprimento de preceito fundamental, com pedido de medida liminar, ajuizada pela Confederação Nacional do Transporte em face das “*alterações introduzidas no Decreto-lei nº 37, de 1966 (parágrafo único do artigo 32) pelo Decreto-lei nº 2.472 de 01.09.1988, editado sob a égide da Constituição Federal de 1967, com as alterações advindas da Emenda Constitucional nº 1 de 1969*”. (eDOC 2, p. 3).

Requer-se o deferimento de medida liminar por decisão monocrática ad referendum do Tribunal Pleno do STF, para suspender os efeitos do parágrafo único do artigo 32 do DL 37/66, com a redação conferida pelo DL 2.472/88.

Ante o exposto, abra-se vista dos autos à Presidência da República e ao seu representante legal, a Advocacia-Geral da República, assim como à Procuradoria-Geral da República, para que se manifestem acerca do pedido de medida liminar no prazo comum de 5 (cinco) dias, nos termos do art. 5º, §2º, da Lei 9.882/92.

Publique-se.

Brasília, 13 de outubro de 2015.

**Ministro EDSON FACHIN**

**Relator**

*Documento assinado digitalmente*